

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Vanessa Veiga Lucas

**Habitats de Inovação: o Caso da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica
do Vale do Araranguá - ARATEC**

Araranguá - SC

2021

Vanessa Veiga Lucas

**Habitats de Inovação: o Caso da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica
do Vale do Araranguá - ARATEC**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, submetido à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Tecnologias da Informação e Comunicação. Orientador: Prof. Paulo Cesar Leite Esteves. Dr.

Araranguá - SC

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lucas, Vanessa Veiga

Habitats de Inovação : o Caso da Incubadora de Empresas
de Base Tecnológica do Vale do Araranguá - ARATEC / Vanessa
Veiga Lucas ; orientador, Paulo César Leite Esteves, 2021.
41 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá,
Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação,
Araranguá, 2021.

Inclui referências.

1. Tecnologias da Informação e Comunicação. 2. Habitats de
Inovação. 3. Incubadora. 4. Inovação. I. Esteves, Paulo
César Leite. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação. III.
Título.

Vanessa Veiga Lucas

**Habitats de Inovação: o Caso da Incubadora de Empresas de Base
Tecnológica do Vale do Araranguá - ARATEC**

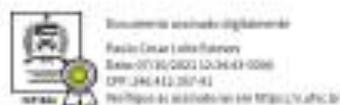
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Curso de Tecnologias da Informação e Comunicação

Local, 27 de Setembro de 2021.



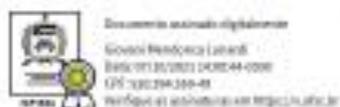
Prof. Wilson Gruber, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Prof. Paulo Cesar Leite Esteves, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Giovani Mendonça Lunardi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Rangel Simon, Msc.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo incentivo, apoio e por sempre buscar fazer o melhor para que eu me tornasse a pessoa que sou. Ao meu namorado por ser meu suporte, nos momentos em que precisei. Aos meus amigos e familiares que direta ou indiretamente fizeram parte da minha jornada, em especial aqueles que me acompanharam de perto. Ao professor e orientador Paulo Cesar Leite Esteves, por acreditar que eu conseguiria vencer meus bloqueios, lembro-me fielmente de uma frase que me disse em um dos primeiros contatos “Cada um tem seu tempo”, essa frase foi muito importante para que eu vencesse essa etapa. Enfim agradeço a Deus por todas as oportunidades, desafios e conquistas que fizeram parte da minha jornada acadêmica.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”.

Albert Einstein

RESUMO

O objetivo do trabalho é realizar um histórico referente a Incubadora de Empresas de Araranguá, descrevendo seu processo de incubação, assim como sua atual e futura situação no ambiente instalado. O estudo busca qualificar os diferentes tipos de habitats de inovação para identificar o estímulo à inovação, a integração entre universidade e empresas, a cultura empreendedora e o conceito de compartilhamento do conhecimento.

A promoção do compartilhamento de conhecimento pode vir a ser divulgada através de práticas de políticas públicas, das quais foram analisadas através das Leis Federal, Estadual e Municipal da Inovação. Pode-se concluir que com o auxílio de leis específicas e cooperação entre os envolvidos resulta em um aumento das oportunidades, a valorização da inovação e o desenvolvimento econômico regional.

Palavras-chave: Inovação. Incubadora. Habitats de Inovação.

ABSTRACT

The objective of the final project is to create a history about the Araranguá Business Incubator, describing its incubation process, as well as its current and future situation in the installed environment. The study seeks to qualify the different types of innovation habitats to identify the stimulus to innovation, the integration between universities and companies, the culture and the concept of knowledge sharing.

The promotion of knowledge sharing can be disclosed through public policy practices, which were analyzed through the Federal, State and Municipal Innovation Laws. It can be concluded that with the help of specific laws and cooperation between those involved, it results in an increase in opportunities, the valorization of innovation and regional economic development.

Keywords: Innovation. Incubator. Innovation Habitats.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	15
1.1Definição do Problema	16
1.2OBJETIVOS	16
1.2.1Objetivo Geral	16
1.2.2Objetivos Específicos	17
1.3Justificativa.....	17
1.4Alinhamento com o Projeto Pedagógico do Curso de TIC	17
2FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1Inovação.....	20
2.2Ecossistemas De Inovação.....	21
2.3Habitats De Inovação.....	22
2.4Parques Tecnológicos	23
2.5Incubadoras.....	24
3METODOLOGIA	26
4ANÁLISE	29
4.1Lei Da Inovação.....	29
4.2Lei Estadual De Incentivo À Inovação.....	29
4.3Lei Municipal Da Inovação De Araranguá.....	30
4.3.1Sistema Municipal de Inovação – SMI	30
4.3.2Conselho Municipal de Inovação - CMI	31
4.3.3Fundo Municipal de Inovação – FMI	32
4.3.4Programa de Incentivo à Inovação - PII	32
4.3.5Rede de Promoção da Inovação – RPI	33
4.3.6Plano de Inovação do Executivo Municipal	33
4.4Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do Araranguá - ARATEC.....	33
4.4.1Processo de Incubação de Empresas	35
5CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHOS FUTUROS	38
6REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Em uma era tida como digital, em que o habitual passou a ser ultrapassado, a preocupação em se adequar-se à vertiginosas mudanças tecnológicas passou a ser uma prioridade. Com o aumento da competitividade no ramo empresarial, as empresas buscam inovar seus serviços e produtos como forma de se destacar no mercado, investindo nas áreas de pesquisas e tecnologias. Nesse cenário, é natural que as organizações estejam à procura de um diferencial, sejam através de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores que compreendem as organizações; programas ou iniciativas de geração de empreendimentos inovadores; ou de apoio ao desenvolvimento. Esses mecanismos são chamados de habitats de inovação (ANPROTEC, 2016).

A fim de promover um ambiente sustentável de competitividade e desenvolvimento, houve uma difusão dos conceitos e abordagens sociais e econômicas, na qual há a interação entre empresas, o governo e as universidades. As incubadoras são instituições de auxílio a micro e pequenas empresas que possuem base tecnológica em seus produtos e/ou serviços, oferecendo apoio técnico e gerencial ao empreendedor, facilitando o processo inovador e acesso a novas tecnologias do mercado. Elas fornecem ainda estrutura e consultoria às empresas incubadas, na qual a ideia é acompanhar desde seu estágio inicial e ajudar no desenvolvimento até sua abertura para atuação no mercado. (ANPROTEC, 2016)

Além de oferecer um programa qualificado de incubação, os resultados de uma incubadora hoje, dependem de sua sintonia com os demais ambientes e estratégias de inovação da região que está inserida, de modo que esses mecanismos precisam ser parte do ecossistema de inovação local. (ANPROTEC, 2016)

Ficando evidente a importância e contribuição de forma efetiva no desenvolvimento local, servindo de grande importância para a geração de renda e empregos, uma vez que empregam e geram receitas no mercado onde foram incubadas, com alta taxa de retenção. Segundo estudo realizado pela ANPROTEC (2016), um bom programa de incubação de empresa cabe em diferentes realidades econômicas, sendo mais importante a estruturação do que a localização física da incubadora, indicando que melhores localizações, mão de obra qualificada e nível educacional, são fatores que ajudam no fortalecimento do empreendimento, mas não são fatores determinantes para o sucesso.

Constata-se que os habitats de inovação possuem características que se referem ao estímulo à inovação, integração entre universidade e empresas, cultura empreendedora e o conceito de compartilhamento do conhecimento. Esse compartilhamento pode ser promovido através de políticas, práticas e mecanismos gerenciais de apoio (BUORO, 2005).

Atualmente a construção de políticas públicas de incentivo a implantação de inovação nas empresas vem sofrendo um grande avanço, com isso pode-se afirmar que o poder público possui grande interesse em apoiar a implantação da inovação nas empresas, um exemplo de como isso vem sendo tratado são as Leis de apoio à inovação.

Essa pesquisa tem por objetivo contextualizar os habitats de inovação com o foco voltado a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do Araranguá, de forma que seja desenvolvido um histórico de maturação da mesma, assim como sua aceitabilidade e engajamento com as empresas incubadas.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A pesquisa se desenvolveu através de um estudo voltado a ARATEC, que possui o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico do Município de Araranguá e sobretudo oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica.

O objetivo é criar a partir de estudos relacionados referente ao assunto um histórico, para abordagem do desenvolvimento da incubadora de Araranguá.

1.2 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste TCC.

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como finalidade investigar o processo de formação referente a

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do Araranguá – ARATEC.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral proposto, será necessário o cumprimento dos seguintes itens:

- Qualificar as definições de inovação e habitats de inovação;
- Descrever a relação entre habitats de inovação, sociedade e governo;
- Pesquisar as leis e atos formadores do ecossistema de inovação do Município de Araranguá;
- Descrever na linha do tempo a formação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Vale do Araranguá - ARATEC.

1.3 JUSTIFICATIVA

Poucos são os trabalhos desenvolvidos referente a ARATEC, então se criou a necessidade de realizar um levantamento de dados para a obtenção de informações quanto ao seu desenvolvimento e adaptação nesse novo cenário. A pesquisa poderá servir como fonte de consulta para futuros trabalhos relevantes a este assunto.

1.4 ALINHAMENTO COM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TIC

O Bacharelado em Tecnologias da Informação e Comunicação é um curso que visa a formação de profissionais capacitados para solucionar problemas do âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação em organizações. Com ênfase nas soluções através de sistemas da informação, negócios ou aspectos ligados à educação e cultura. (UFSC, 2011)

A presente pesquisa está diretamente ligada à área de negócios, precisamente a Gestão e Inovação. Na qual possuí o foco no desenvolvimento de novas metodologias, técnicas e processos de gestão das organizações.

O trabalho compreende a área citada devido ao estudo elaborado junto a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Araranguá, na qual visa elaborar um histórico da mesma.

Ano	Autor	Título
2014	Jandir Bassani	Distribuição e Tipologia das Incubadoras no Estado de Santa Catarina
2014	Diogo Librelon	Políticas Públicas de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação Direcionadas para Startups Brasileiras de Base Tecnológica
2014	Michel Andreas Seemund Nicolás	Uma Análise Sobre o Processo de Desenvolvimento de Negócios Inovadores de Base Tecnológica
2016	Bruna Joaquim	Leis Municipais de Inovação como Instrumento dos Sistemas Regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa se desenvolveu a partir do estudo referente aos habitats de inovação utilizando a incubadora de empresas de base tecnológica da Cidade de Araranguá/SC, como um estudo de caso. Neste capítulo serão definidos os conceitos que auxiliam no desenvolvimento e obtenção dos objetivos apresentados.

2.1 INOVAÇÃO

Ao discutir as principais características da inovação, é fundamental que se faça uma análise a partir do Manual de Oslo (2005), cujo objetivo é o de fornecer orientações para a coleta e a interpretação de informações referentes à inovação. Embora sua finalidade esteja voltada a uma abordagem da inovação em empresas e atividades de negócios, alguns conceitos serão úteis e aplicáveis para este trabalho.

Desta maneira, a discussão acerca da inovação ocorre em diversos aspectos, como sua conceituação por meio de diferentes abordagens, a importância e aplicação destes conceitos no ambiente organizacional, além dos impactos que causa no mercado e na sociedade em geral.

A inovação pode ser classificada como algo moldável e que está em constante transformação, haja vista ser uma combinação de recursos que resultam em algo novo ou relativamente melhorado. De acordo com o Manual de Oslo (2005, p. 56) uma inovação pode abranger um amplo conjunto de inovações possíveis, ou ainda, implementar mais tipos de inovações, em um único produto e/ou serviço.

Podemos destacar ainda que a inovação é o que transforma o mercado. Para Schumpeter (1939), as inovações são capazes de alterar o estado da economia, introduzindo comercialmente um novo produto ou uma nova combinação de algo já existente, criados a partir de uma invenção. Neste caso podemos destacar a diferença existente entre inovação e invenção. Para Tigre (2006) a invenção refere-se à criação de um processo, técnica ou produto novo, sem

que haja aplicação comercial, já a inovação é a consolidação de uma invenção utilizada comercialmente.

Para Van de Ven, Angle e Poole (1999) entende-se por inovação tudo aquilo criado e aplicado de uma novidade, através de novos métodos ou ainda o desenvolvimento de novas ideias, como uma nova técnica, processo ou composição. Os autores afirmam ainda que as novas ideias podem prover de uma combinação de ideias antigas, contestando a ordem atual, em resumo, uma nova percepção sobre o mesmo objeto.

O Manual do Oslo (2005) compreende inovação em diferentes aspectos e a divide em quatro áreas: produto, processo, marketing e organização. Apresenta-se uma breve descrição referente a cada tipo de inovação, tendo em vista que o objetivo do trabalho não é desenvolver e classificar a inovação, mas buscar métodos e modelos acerca dos habitats de inovação.

- A inovação de produto trata de mudanças significativas nas características ou usos previstos em bens ou serviços;
- Inovação de processo consiste na implementação de métodos de produção ou distribuição;
- Inovação de marketing é a mudança na implementação de um novo método envolvendo a concepção de embalagens, posicionamento do produto, promoção ou formação de preços;
- Inovação organizacional diz respeito à implementação de novas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

2.2 ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Para Folz e Carvalho (2014) ecossistema de inovação pode ser comparado ao ecossistema biológico, no qual é definido como um conjunto de interações entre componentes bióticos, como os organismos vivos e, componentes abióticos, elementos químicos e físicos, onde compartilham energia entre si e demais elementos de seu ambiente. Em resumo, um ecossistema biológico é um conjunto complexo de relacionamentos entre recursos vivos, habitats e habitantes de uma área cuja funcionalidade é manter um estado de equilíbrio sustentado. (FOLZ; CARVALHO, 2014, p. 9).

Os ecossistemas de inovação por sua vez, são modeladores da economia, onde viabilizam o desenvolvimento e a inovação tecnológica, com repercussão social. Para Teixeira, Trzeciak e Varvakis (2017), o ecossistema de negócio é uma comunidade económica que se apoia na interação entre organizações e indivíduos de forma competitiva e co-evolutiva. É considerado como um meio de troca de informações de valor sustentado, na qual há evolução de pensamentos, sustentação e crescimento de negócios.

Os ecossistemas de inovação se constituem num conjunto de indivíduos, comunidades, organizações, recursos materiais, normas e políticas por meio de universidades, governo, institutos de pesquisa, laboratórios, pequenas e grandes empresas e os mercados financeiros numa determinada região, que trabalham de modo coletivo a fim de permitir os fluxos de conhecimento, amparando o desenvolvimento tecnológico e gerando inovação para o mercado. (WESSNER, 2007).

Para Jackson (2011) um ecossistema de inovação modela a economia e as relações dinâmicas, entre atores e organizações, pois seu principal objetivo é o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Segundo Spinosa et al. (2015), os ecossistemas de inovação são abrangentes e co-dependentes de maneira aleatória e espontânea, possibilitando a ação de inúmeros empreendedores e inovadores, que trabalham para sustentar novos produtos e satisfazer as necessidades dos consumidores. Os ecossistemas são responsáveis por modelar a economia, e a viabilização do desenvolvimento tecnológico, tendo como comportamento esperado o empreendedorismo e o resultado deve ser a inovação, pois ambos são necessários para lidar com a competitividade na economia de conhecimento global.

2.3 HABITATS DE INOVAÇÃO

De acordo com Luz et al (2014) os habitats de inovação são ambientes propícios ao desenvolvimento contínuo das inovações, pois são locais de compartilhamento de conhecimento e experiências criativas.

Sobre os habitats de inovação, segundo Smilor e Gill (1986, apud PINTO e TEIXEIRA 2018, p. 259),

(...) consideram que os habitats de inovação procuram unir talento, tecnologia, capital e conhecimento. Esta união tem como objetivo principal alavancar o potencial empreendedor, acelerar a comercialização de tecnologia e encorajar o desenvolvimento de novas empresas.

Com isso, ajuda a minimizar os riscos e a maximizar ou acelerar os resultados associados aos negócios ali desenvolvidos. Um habitat de inovação costuma unir efetivamente, talento, tecnologia, capital e conhecimento em um determinado espaço para alavancar o potencial empreendedor de todo o entorno.

Em tese, um habitat de inovação está diretamente relacionado com o ambiente físico, o qual proporciona aos empreendedores a oportunidade de alavancarem suas ideias e transformá-las em grandes empreendimentos. Podemos classificar esses ambientes como: cidades inteligentes, pré-incubadoras, incubadoras, parques tecnológicos, hotel tecnológico, entre outros. “Tais locais são fortalecidos com uma política que envolva interações entre os três principais agentes da inovação: governo, instituições educacionais e empresas”. (MACHADO et al., 2019)

Portanto, segundo Machado et al. (2019),

Considera-se que o habitat de inovação envolve trocas de conhecimento que operam o processo de inovação e influenciam inovações, incluindo um conjunto de vários elementos contextuais relacionados com as condições macroeconômicas (instituições) e com as condições microeconômicas.

Habitats de inovação fazem parte das políticas de desenvolvimento regional como espaços que oportunizam a integração de seus atores e os conduzem à cooperação com o objetivo de estimular e fortalecer o ecossistema de inovação em que estão inseridos. (TEIXEIRA et al, 2016)

2.4 PARQUES TECNOLÓGICOS

Segundo Ferreira e Teixeira (2016), parques tecnológicos são ambientes públicos ou privados que possibilitam a instalação física de laboratórios e a produção científica, bem como, o desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Podem ainda conter ligações com instituições de ensino superior ou centros de pesquisa, estando localizadas em um campus de universidades ou em regiões que possuem instituições da mesma natureza.

Para a ANPROTEC (2007),

Parques Tecnológicos são complexos de **desenvolvimento econômico e tecnológico** que visam fomentar economias baseadas no conhecimento por meio da **integração da pesquisa científica-tecnológica, negócios/empresas e organizações governamentais** em um local físico, e do suporte às inter-relações entre estes grupos. Além de prover espaço para negócios baseados em conhecimento.

Em geral são espaços para conhecimento que podem abrigar centros para pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, inovação e incubação, treinamento, prospecção, como também infraestrutura para feiras, exposições e desenvolvimento mercadológico.

De acordo com Gaino e Pamplona (2014), citados por Teixeira e Teixeira (2018, p.119) os parques selecionam as empresas a serem instaladas em seu ambiente, e oferecem serviços e instrumentos de caráter técnico científico, tornando-se um local de atividade econômica. Esses Parques Tecnológicos possuem potencial de transformação, trazendo melhoria para o seu entorno e priorizando resultados, apresentando-se como ambiente de vivência, na qual é estimulada a criatividade e a inovação.

Segundo Carioni (2020), os parques tecnológicos constituem-se em uma relação de sinergia entre três agentes principais: a **indústria**, as **universidades** e o **poder público**. Nesse sentido, a participação das instituições de ensino e pesquisa é fundamental para a transferência de conhecimento para a iniciativa privada, o que permite o surgimento de novas tecnologias, refletindo em melhorias para a sociedade. Nele, instalam-se as incubadoras, as novas empresas criadas e as grandes empresas que estejam dispostas a cooperar. Dessa maneira, o ambiente se torna referência. É onde as empresas ganham escalas, se tornam visíveis para o mercado e ganham forma para ajudar às novas empresas nascentes.

2.5 INCUBADORAS

A história das incubadoras inicia-se por volta de 1938 quase uma década após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929), no qual surgiu uma experiência de incubação através de dois estudantes de Stanford, Hewlett e Packard, posteriormente fundando a então conhecida empresa do ramo tecnológico HP. Por volta da década de 50 na mesma cidade houve o fechamento de uma indústria. Um empresário local viu a possibilidade de compartilhar o espaço e equipamentos deixados em um edifício, com empresas iniciantes que buscavam por aconselhamento empresarial ou assistência para o aumento de capital. Essas empresas compartilhavam os acessos e serviços. Com o sucesso da iniciativa, outros programas foram surgindo ao longo do tempo buscando como objetivo a reestruturação econômica e a criação de empregos.

A consolidação das incubadoras se deu somente na década de 70, em virtude do elevado nível de desemprego industrial, motivado pela recessão da economia mundial causada pela crise do petróleo (ROCHA, 2011). Nessa mesma época, o Vale do Silício começou a se destacar como um polo industrial do setor de TI, onde foram instaladas incubadoras, com o propósito de incentivar recém graduados na busca de seu espaço no empreendedorismo. A partir disso, a ideia das incubadoras foi transportada para diferentes lugares do mundo.

No Brasil esse movimento se tornou presente na década de 80 a partir da iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas apenas em 1987 as incubadoras se consolidaram no país, foi então criada uma entidade responsável pela sua representação chamada de Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC.

A ANPROTEC (2016) define incubadora como uma organização ou estrutura que visa estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador, com o objetivo de facilitar a criação e desenvolvimento de empresas com potencial voltado à inovação.

De acordo com o Sebrae (2016),

(...) as incubadoras são instituições que auxiliam micro e pequenas empresas nascentes ou que estejam em operação, que tenham como principal característica a oferta de produtos e serviços no mercado com significativo grau de inovação. Elas oferecem suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor e facilitam o processo de inovação e acesso às novas tecnologias nos pequenos negócios.

Uma incubadora tem por objetivo auxiliar os empreendimentos nas fases iniciais, oferecendo suporte por meio da disponibilização de espaço para locação por período limitado e serviços administrativos e assistenciais. Incluindo o acesso a uma rede de provedores de serviços especializados, instituições financeiras, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. (FERREIRA; TEIXEIRA, 2016)

Azevedo e Teixeira (2018) propõem a ideia de que a base dos sistemas de inovação é formada entre as universidade, a empresa e o governo. Esses atores devem agir em prol do empreendedorismo e da inovação, para isso são importantes os movimentos governamentais que incentivam à criação de ambientes específicos para impulsionar os empreendedores e seus negócios.

As incubadoras, nesse sentido, atuam como um dos principais habitats de inovação, fornecendo condições e facilidades necessárias para o surgimento e crescimento de novas empresas e negócios, criando empregos, renda e

desenvolvimento da cultura empreendedora nas comunidades de que fazem parte. (AZEVEDO; TEIXEIRA, 2018)

Desse modo podemos agregar o conceito da Tríplice Hélice, como um processo dinâmico que abrange três espaços: conhecimento, consenso e inovação. Segundo definição de Etzkowitz e Zhou (2017), a Tríplice Hélice é um modelo de inovação em que a universidade, a indústria e o governo, atuam como esferas institucionais primárias, interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo.

"Trata-se de um modelo espiral de inovação que leva em consideração as múltiplas relações recíprocas em diferentes estágios do processo de geração e disseminação do conhecimento" (GOMES; PEREIRA, 2015, p. 137). A relação dessas diferentes instituições precisa levar em consideração uma série de fatores, como políticas governamentais, formas de contrato, cultura organizacional, vantagens e barreiras.

Estudiosos defendem o papel do governo na relação entre universidade e empresa, pois entendem que este deve incentivar a pesquisa e inovação, auxiliar na identificação de potenciais parceiros e facilitar os trâmites legais, além de ajudar financeiramente os projetos. (JOAQUIM, 2016)

Podemos dizer que uma incubadora tem como finalidade fornecer instalações para criar um ambiente de novos empreendimentos buscando ajudá-los nas fases iniciais e de maturação, para se tornarem empresas bem-sucedidas. Para Hackett e Dilts (2004) citado por Azevedo e Teixeira (2018), quando se discute sobre incubadoras, é importante saber se elas não são apenas espaços compartilhados, mas também,

(...) uma rede de indivíduos e organizações que operam para que esta estrutura funcione, com gestores, consultores, universidades e membros da comunidade universitária, indústrias e prestadores de serviços como advogados e contadores, fundos de capital de risco, investidores anjo e voluntários.

É importante salientar que existem diferentes tipos de incubadoras, com focos específicos em segmentos de negócio. Podemos citar: Incubadora agroindustrial, cultural, de artes, de base tecnológica, de cooperativa, mista, setorial, social, entre outras.

Podemos concluir então, que a incubadora é uma ferramenta de desenvolvimento econômico projetada para estimular o empreendedorismo inovador em uma comunidade. (AZEVEDO; TEIXEIRA, p. 216, 2018)

3 METODOLOGIA

A pesquisa como atividade científica, busca percorrer desde a formulação do problema até a apresentação dos resultados. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa possui as seguintes fases:

a) preparação da pesquisa: seleção, definição e delimitação do tópico ou problema a ser investigado; planejamento de aspectos logísticos para a realização da pesquisa; formulação de hipóteses e construção de variáveis; b) trabalho de campo (coleta de dados); c) processamento dos dados (sistematização e classificação dos dados); d) análise e interpretação dos dados; e) elaboração do relatório da pesquisa.

A partir disso podemos dizer que este trabalho é uma pesquisa científica de caráter descritivo e de abordagem qualitativa. Abordagem qualitativa, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ela não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. “O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais da abordagem.” (PRODANOV; FREITAS, 2013)

A pesquisa tem um caráter bibliográfico e documental. Ela foi desenvolvida através da pesquisa bibliográfica que segundo Amaral (2007) consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Kripka et al. (2015) definem a pesquisa bibliográfica como uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, tendo como finalidade o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo. Já a pesquisa documental, propõe produzir novos conhecimentos, novas formas de compreender os fenômenos trabalhados e extrair novas informações. (KRIPKA et al., 2015)

O trabalho contou ainda com uma entrevista com um dos membros do Conselho Municipal da Inovação, o Presidente da ACIVA Alberto Sasso de Sá, no qual relatou a atual e futura situação da incubadora. Além de um questionário para conhecimento do feedback das empresas incubadas.

Questionário aplicado na Empresa MedEor,

1. Nome da Empresa:

2. Data da criação
3. CNAE (cadastro nacional das atividades econômicas)
4. Número de sócios e colaboradores
5. O que motivou a criação da empresa? Fazer um pequeno histórico
6. Quando e porque escolheu se instalar na incubadora?
7. Qual a avaliação sobre estar na incubadora?
8. Mantém vínculo com uma instituição de ensino?
9. Quais os principais desafios que vem enfrentando como empreendedores?
10. Que sugestões fariam para melhorar a operação

4 ANÁLISE

4.1 LEI DA INOVAÇÃO

A Lei Federal 10.973 de Dezembro de 2004, define o fomento à inovação no Brasil, ela visa a criação de ambientes especializados e cooperativos na qual a inovação é estimulada. Realizando uma ponte entre instituições de ensino e empresas, a Lei da Inovação atrela a participação das ICTs (Instituições de Ciência e Tecnologia) ao processo inovador.

De acordo com a Semagro (2021) a Lei permite que organizações utilizem o parque tecnológico dessas instituições para trabalhar na criação de alternativas tecnológicas, que qualificam seus processos e operações e regulamentam as atividades de incubação.

O principal instrumento utilizado pela governança para estimular a adoção dos termos definidos na Lei da Inovação é a distribuição de incentivos financeiros. A União concede, por meio das universidades e das agências de fomento (fundações de pesquisa), recursos financeiros, materiais e infraestrutura para que os desenvolvimentos ocorram. (SEMAGRO, 2021)

Desse modo, a Lei da Inovação pretende criar ambientes propícios para o desenvolvimento de soluções, estimular o compartilhamento de conhecimentos do meio acadêmico para o corporativo, modernizando o ambiente das empresas, reduzindo os obstáculos legais e burocráticos.

4.2 LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

Criada em 15 de janeiro de 2008 a Lei 14.328, dispõe sobre os incentivos à pesquisa científica e tecnológica e a inovação no ambiente produtivo no estado de Santa Catarina. Ela estabelece medidas de incentivo visando a capacitação em ciência, tecnologia e inovação.

A Lei estabelece:

- As ICTESCs (Instituições Científicas e Tecnológicas do Estado de Santa Catarina), poderão celebrar acordos para desenvolver projetos de inovação tecnológica com instituições públicas e privadas dos diversos segmentos do setor produtivo;

- O Estado de Santa Catarina, como parte de sua política de inovação, poderá estabelecer apoio institucional de médio e longo prazos a Instituições Científicas e Tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, com a missão de pesquisa e desenvolvimento tecnológico à inovação no setor produtivo;
- Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) serão implantados pelas ICTESCs com o apoio da FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica), tendo como atribuição atuar com os NITs na organização e desenvolvimento de atividades de apoio à inovação nas empresas e instituições de interesse regional;

A Lei estimula ainda a participação nas atividades de inovação: do pesquisador público, inventor independente, empresas de inovação tecnológica de interesse estadual, fundos de investimentos, parques tecnológicos, incubadoras e outros ambientes de inovação.

4.3 LEI MUNICIPAL DA INOVAÇÃO DE ARARANGUÁ

A Lei Complementar 197 criada em 28 de Abril de 2017, e alterada pela Lei Complementar 212/2018, estabelece medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação no qual visa promover o desenvolvimento por organizações e cidadãos do Município de Araranguá.

Para o cumprimento dos objetivos foram necessários a criação do Sistema Municipal de Inovação - SMI, o Conselho Municipal de Inovação - CMI, o Fundo Municipal da Inovação - FMI, o Programa de Incentivo à Inovação - PII, a Rede de Promoção da Inovação - RPI, o Plano de Sustentabilidade do Executivo Municipal e o Plano de Inovação do Executivo Municipal. (ARARANGUÁ, 2017)

4.3.1 Sistema Municipal de Inovação – SMI

O SMI tem como objetivos, os seguintes:

- Criar de estratégias dos organismos públicos e privados atuantes no desenvolvimento de inovação no Município;
- Estruturar ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Estimular as interações entre membros, ampliando a cooperação das atividades de desenvolvimento e inovação; e
- Construir canais e instrumentos de apoio à inovação para o desenvolvimento sustentável.

O SMI promove uma política de fomento, através do desenvolvimento de Parque Tecnológicos, Pré-Incubadoras, Incubadoras de Empresas Inovadoras e Arranjo Promotores de Inovação. Para fazer parte do SMI, o interessado deve apresentar um plano de ação, submetendo-o à aprovação pelos membros do Conselho Municipal de Inovação.

4.3.2 Conselho Municipal de Inovação - CMI

De acordo com o Município de Araranguá o CMI, possui como responsabilidade:

- Formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados;
- Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação, à realidade local, de técnicas já existentes;
- Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas, além de contribuir na política de inovação visando à qualificação dos serviços públicos municipais;
- Sugerir políticas de captação e alocação de recursos;
- Fiscalizar, avaliar e definir o uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação;
- Deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação (Clusters) no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais;

- Acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal;
- Colaborar na articulação das ações entre governo, empresas privadas e instituições de ensino, ciência e tecnologia - tríplice hélice - envolvidos na formulação da política de inovação com outros Municípios, Estados, União e, em especial, com os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC.

4.3.3 Fundo Municipal de Inovação – FMI

“O Fundo Municipal de Inovação - FMI é um fundo de natureza contábil especial, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável e não reembolsável, a programas e projetos inovadores.” (ARARANGUÁ, 2017).

Seus recursos são destinados ao financiamento de desenvolvimento de planos, programas e projetos inovadores. Podem ser aplicados através de convênios, termo de parceria e cooperação, contratos de gestão, entre outros.

Há um comitê representante do FMI responsável por elaborar, fiscalizar e deliberar sobre os recursos do Fundo, assim como divulgar suas informações. A gestão administrativa e financeira é de responsabilidade do Prefeito Municipal, que deve além de representar o FMI ativa e passivamente analisar e aprovar a prestação de contas.

4.3.4 Programa de Incentivo à Inovação - PII

O PII tem como objetivo principal a promoção ao empreendedorismo inovador de interesse Municipal, convertendo o conhecimento em desenvolvimento para os interessados. O FMI concederá incentivo fiscal através da análise de projeto de inovação.

4.3.5 Rede de Promoção da Inovação – RPI

De acordo com o Município de Araranguá (2017), a RPI é

Composta por Fundações, Associações e outras entidades da área de Ciência, Tecnologia e Inovação - CTI instalados, mediante instrumento legal específico, em instituições públicas ou privadas, constituindo uma rede municipal de instituições engajadas na promoção da inovação, em prol do desenvolvimento sustentável.

A RPI tem como objetivo gerar soluções que contribuam no desenvolvimento dos setores empresarial e institucional, da seguinte forma:

- Promovendo e apoiando programas, projetos e ações empreendedoras;
- Promovendo a cooperação entre instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais, visando o fortalecimento e ampliação do desenvolvimento científico, tecnológico e inovador; e,
- Estimulando estudos, pesquisas e programas de capacitação, consultoria e prestação de serviços especializados.

4.3.6 Plano de Inovação do Executivo Municipal

O Plano de Inovação contempla documentar estudos de viabilidade, projetos experimentais, aquisição de soluções de mercado, experimentos, estudos científicos de desempenho e impacto e pesquisas inovadoras, a fim de solucionar problemas do Município de Araranguá.

4.4 INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA DO VALE DO ARARANGUÁ - ARATEC

Através da entrevista e do questionário realizados, foi possível criar um perfil da incubadora.

A Aratec é responsável pelo processo de incubação de empresas do setor de tecnologias, a fim de estimular o desenvolvimento de propostas e projetos de Empresas de Base

Tecnológicas ou Empresa Inovadora. Ela oferece um ambiente adequado para o **desenvolvimento de produtos e processos** das empresas incubadas.

Segundo Alberto Sasso de Sá, Presidente da ACIVA (2021), a ideia de criar uma incubadora na Cidade de Araranguá surgiu em 2015, a partir da criação da Lei Municipal de Incentivo à Inovação e Tecnologia, que contemplava além de outros objetivos, um repasse anual de 2% do ISS, do Fundo Municipal de Inovação.

Em meados de 2018 foi realizada uma tentativa de implantação do projeto, que encontrou dificuldades e só foi efetivado no primeiro semestre de 2019, na época a ARATEC contava com 6 (seis) projetos instalados.

Devido a mudança de local e a pandemia causada pelo vírus da Covid-19, atualmente a Incubadora se encontra fechada e conta com apenas com 1 (uma) empresa incubada que está localizada em local temporário, a MedEor, empresa inovadora no ramo da medicina.

A MedEor se instalou na Incubadora em 25 de julho de 2020, influenciada pela boa infraestrutura, prestígio de entidades apoiadoras e localização, tendo em vista a promessa de que a Região se tornará em até 10 anos, um centro do desenvolvimento na área tecnológica, médica e comercial. A empresa relatou através do questionário aplicado que uma das maiores dificuldades enfrentadas é crescer de forma saudável, além da busca por mão de obra, e espera um maior comprometimento dos entes responsáveis, em divulgação, crescimento e responsabilidades. (MedEor, 2021)

De acordo com o Presidente da Aciva, a incubadora vem buscando maior visibilidade, pois há uma falta de conhecimento por parte de novos empreendedores, a falta de divulgação é uma grande aliada nessa questão. O objetivo é unir os ecossistemas, fazendo com que haja clareza na promoção de ideias, onde os profissionais, alunos e empresas estejam alinhados no propósito que é fomentar a incubadora.

Há um grande projeto sendo encaminhado, que é a homologação de tornar a Incubadora em um Centro de Inovação na Cidade, com o propósito de ter acesso a editais de treinamentos, projetos e cursos exclusivos para os CIs, disponibilizados pelo Governo do Estado.

Ainda de acordo com Sasso, uma das ideias é que haja uma maior cooperação e troca de conhecimentos, podendo assim contemplar além de novos negócios, empresas mais

maduras. Atualmente a Incubadora de Empresas encontra-se em mudança de local visando uma maior interatividade além de alavancar o negócio.

4.4.1 Processo de Incubação de Empresas

A Incubadora de Empresas de Araranguá conta com um processo de seleção de negócios de base tecnológica, através de editais, os quais são lançados através de meios disponíveis. O cronograma do edital se faz da seguinte forma:

A) Processo de Seleção

O processo de abertura para oportunidades de incubação de empresas ocorre através de Editais de Chamamento, ao ser lançado, o edital possui um prazo para as inscrições. Ele prevê que são elegíveis pessoas físicas e/ou jurídicas que possuem o objetivo no desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de base tecnológica de uma empresa já existente ou em processo de abertura.

O edital de classificação possui 2 fases, na primeira são analisados os requisitos básicos da proposta, na qual visa a viabilidade econômica e tecnológica do negócio (AVET); originalidade da proposta (OP); perfil dos empreendedores (PE); perfil tecnológico da empresa (PTE); e o grau de inovação (GI). Esses critérios são analisados e definidos pontuações de 0 à 10, através dessa pontuação é calculado a classificação da proposta (CP), com base na seguinte equação:

- **$CP = (AVET + OP + PE + PTE + GI) / 5$**

Propostas que possuem média igual ou superior a 6,0 pontos, passam para a próxima fase. Na segunda fase, é formada uma banca de examinadores, composta por membros do CMI e/ou membros da comunidade com experiência na área, na qual analisam a apresentação do plano de negócios (PN); e a entrevista com os responsáveis (ERP), visando a avaliação da experiência e o conhecimento do negócio. Novamente há uma pontuação para cada requisito e calculada a média através da seguinte equação:

- **$DPN = (PN * 0,6) + (ERP * 0,4)$**

A nota final é composta pela média das duas fases, onde serão calculadas a partir da equação abaixo, assim serão classificadas as propostas.

- $NF = (CP + DPN) / 2$

Após o fim de cada etapa é divulgado um edital com as propostas que continuarão no processo. Ao encerrar todas as etapas é divulgado um edital com o resultado das propostas aprovadas, e o prazo de inscrição, assim como os documentos necessários para o processo de incubação.

B) Direitos e Obrigações das Empresas Incubadas

Após o processo de classificação, as propostas selecionadas poderão utilizar os recursos físicos e conectivos da Incubadora, mas para isso deverá ser firmado um Contrato Público com o CMI e a Prefeitura Municipal de Araranguá. Os empreendimentos incubados poderão utilizar, salas com infraestrutura compreendendo despesas de água, luz, acesso a rede de computadores, sala de reuniões e sanitários, todos esses recursos estarão disponíveis pagando apenas uma taxa mensal definida pelo Regimento Geral da Incubadora.

C) Permanência e Desligamento das Empresas Incubadas

Caso não cumpra alguns requisitos as empresas incubadas poderão perder seu direito à vaga, caso:

I. Vencer o prazo estabelecido no Contrato. II. Ocorrer desvio dos objetivos ou insolvência da empresa. III. Apresentar riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial da Incubadora. IV. Apresentar riscos à idoneidade das empresas incubadas ou da Incubadora. V. Ocorrer infração a qualquer uma das cláusulas do Contrato de Participação. VI. Não respeitar o Regimento Interno. VII. Houver iniciativa da empresa ou do Promotor. VIII. Não participar efetivamente de todas as tarefas propostas em cada fase do programa de sua proposta e seu projeto, bem como do seu plano de negócios por ato injustificável. Cada uma das fases de seu projeto promove o desenvolvimento de capacitações tecnológicas e de gestão, que a empresa precisa demonstrar por meio de seus produtos específicos ao CMI. (CMI, 2019)

D) Modalidades

O processo de incubação pode ocorrer de diferentes modalidades, de acordo com a proposta da pessoa física ou jurídica selecionada. Ela pode ser classificada como:

- Residente - possui o objetivo de apoiar empreendedores, na criação ou continuidade de novos negócios de base tecnológica, quando já pertencentes a médias ou grandes empresas, com o interesse em desenvolver um produto ou serviços na Incubadora. Período de incubação 24 meses, podendo estender-se até 48 meses.
- Pré-Incubação - utilizado quando a pessoa física está em processo de abertura junto aos órgãos responsáveis. Possui um prazo de incubação de 3 meses, após esse prazo

o empreendedor passará ao estágio de residente, caso tenha sido constituída a pessoa jurídica, ou então desligada, caso não tenha sido constituída.

Ao todo foram abertos 3 (três) editais de seleção de projetos para incubação, o primeiro edital lançado em 21 de janeiro de 2019, com 4 (quatro) disponíveis, das quais todas as vagas foram preenchidas. Após a análise de toda a documentação necessária na primeira fase de seleção, apenas 3 (três) propostas obtiveram média suficiente para a próxima fase. As propostas inscritas na segunda fase do processo conquistaram a oportunidade de incubação na ARATEC, onde desenvolvem seus projetos no tempo disponível de incubação.

O segundo edital lançado em 14 de outubro de 2019, com 8 (oito) vagas disponíveis, dessas 5 (cinco) vagas foram preenchidas, porém apenas 4 (quatro) propostas obtiveram média para a próxima fase, onde todas conquistaram a oportunidade de incubação. Já o terceiro edital, foi aberto em 30 de julho de 2021 e encontra-se ainda em processo de aprovação, sendo divulgado com 6 (seis) vagas disponíveis, não foram divulgados dados de inscrição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho foi desenvolvido com intuito de desenvolver um histórico referente à Incubadora de base Tecnológica do Vale de Araranguá - ARATEC, e para isso foi necessário definir inovação e habitats de inovação de forma que caracterize o ambiente no qual a incubadora está instalada, descrevendo sua relação com a sociedade, além de demonstrar a importância das leis de fomento à inovação.

Tendo em vista que essa importância foi o que possibilitou a criação da incubadora na Cidade de Araranguá, utilizando-se de recursos advindos da Lei Complementar 197. A implantação de uma incubadora traz capacitação para novas empresas, através da propagação de conhecimento e cooperação entre os envolvidos. A consequência é a visibilidade para a cidade, além do desenvolvimento regional.

A hélice tripla como um modelo universal de inovação, traz o conceito de desenvolvimento contínuo, no qual cria ecossistemas inovadores e empreendedores através da interação universidade-empresa-governo.

A ARATEC está passando por um processo de inserção no mercado. A pandemia causada pelo Coronavírus a afetou de forma grandiosa, impedindo de progredir em vários setores. A falta de incentivos advindos por parte da Trílice Hélice causa um desconforto na relação com a empresa incubada, que pede por maior responsabilidade e estímulo para com a empresa e sociedade, tendo em vista que uma maior divulgação seria importante para ambos.

Os desafios devem ser sanados com o decorrer da sua existência. Novas ideias vêm sendo geradas e discutidas, o que tem apenas a agregar no seu crescimento. A implantação do Centro de Inovação deve ser de suma importância para seu desenvolvimento junto a Cidade, o que deverá atrair novos negócios, projetos e investimentos.

Esse trabalho poderá servir ainda como fonte para trabalhos futuros, no qual poderá ser avaliado o crescimento da incubadora junto a cidade de Araranguá, através de índices de desenvolvimento e aderência ao espaço. Devendo mensurar as causas e como elas devem ser tratadas a fim de superar tal desafio.

Foi relatado no decorrer da pesquisa que a falta de mão de obra é um obstáculo, e através disso podemos discutir a motivação que leva um profissional buscar por oportunidades na cidade de Araranguá, já que a cidade forma constantemente profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho, através de cursos superiores e técnicos.

Outro tema importante a ser abordado é o ambiente inovador gerado pela ARATEC, percebe-se que no primeiro semestre de 2019 a Incubadora contava com 6 (seis) projetos instalados, já no ano de 2021 havia apenas 1 (um) projeto. Levando em consideração os dados anteriores o que pode ter causado esse egresso. Houve uma desistência desses empreendedores de fato, mas é importante salientar a motivação que gerou essa evasão, e como poderia ser evitada principalmente, em um futuro, no qual novos projetos serão acolhidos.

6 REFERÊNCIAS

- AMARAL, J.J. F. **Como Fazer uma Pesquisa Bibliográfica**. 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ANPROTEC. **Estudo de impacto econômico**: segmento de incubadoras de empresas do Brasil / Associação Nacional. 2016. Disponível em: http://www.anprotec.org.br/Relata/18072016%20Estudo_ANPROTEC_v6.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.
- ANPROTEC; ABDI. **Parques Tecnológicos no Brasil**: estudo, análise e proposições. Estudo, Análise e Proposições. 2007. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/publicacoes-anprotec/estudos-e-pesquisas/>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- ARARANGUÁ. **Conselho Municipal de Inovação**. 2021. Disponível em: <https://www.ararangua.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/122668>. Acesso em: 15 set. 2021.
- ARARANGUÁ. **Lei Complementar Nº 197/2017**. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/a/ararangua/lei-complementar/2017/20/197/lei-complementar-n-197-2017-dispoe-sobre-sistemas-mecanismos-e-incentivos-a-atividade-tecnologica-e-de-inovacao-visando-o-desenvolvimento-sustentavel-do-municipio-de-ararangua-em-cumprimento-as-disposicoes-do-artigo-218-da-cf-artigo-3-da-lei-federal-n-10973-de-02-de-dezembro-de-2004-e-artigo-4-iv-da-lei-estadual-n-14328-de-14-de-janeiro-de-2008?q=197>. Acesso em: 14 set. 2021.
- AZEVEDO, I.C.; TEIXEIRA, C.S. **Incubadora De Empresas**: percurso histórico e tipologias. São Paulo: Via Estação do Conhecimento, 2018. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 04 out. 2020.
- BALDISSERA, I. **Incubadoras de Empresas**: experiências no alto e médio vale do rio do peixe. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/78949/170666.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 out. 2020.
- CARIONI, L. **O que é um parque tecnológico?** 2020. Disponível em: <https://certi.org.br/blog/parque-tecnologico/>. Acesso em: 22 mar. 2021
- CHESBROUGH, H. W. **Open Innovation: The new imperative for creating and profiting**. From.Harvard Business,2006
- CMI, Conselho Municipal da Inovação. **EDITAL DE CHAMAMENTO DE PROJETOS PARA A INCUBADORA DE EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ - SC**. 2019. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/249/arquivos/1428375_Edital_de_Chamamento_com_alteracao_dos_prazos.pdf. Acesso em: 16 set. 2021.
- ESTADO DE SANTA CATARINA (Estado). **Lei Nº 14.328, de 15 de janeiro de 2008**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-14328-2008-santa-catarina-dispoe-sobre-incentivos-a-pesquisa-cientifica-e-tecnologica-e-a-inovacao-no-ambiente-productivo-no-estado-de-santa-catarina-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 13 set. 2021.
- FERREIRA, M.C.Z.; TEIXEIRA, C.S. **Terminologia de Habitats de Inovação**: base para

alinhamento conceitual. São Paulo: Via Estação do Conhecimento, 2016. Disponível em: < <http://via.ufsc.br/> >. Acesso em: 03 out. 2020.

FOLZ, Christian Julius; CARVALHO, Fabio Henrique Trovon de. **Ecosistema Inovação**. 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1001206>. Acesso em: 17 set. 2021.

GAINO, Alexandre Augusto Pereira; PAMPLONA, João Batista. **Abordagem teórica dos condicionantes da formação e consolidação dos parques tecnológicos**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/HRtsRQ8FWQ5ZBTkBFC5Lt8n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2021.

KRIPKA, R.M.L; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa**. 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em: 15 set. 2021.

LUZ, A.A.; KOVALESKI, J.L.; ANDRADE JUNIOR, P.P; PENTEADO, R.F.S; ZAMMAR, A.. **Habitats de inovação e a sinergia do potencial acadêmico, tecnológico e inventivo em Ponta Grossa, Paraná, Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a14v35n06/14350601.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

MACHADO, A. B.; CHARLET, L. **Habitat de Inovação: Conceitos e Importância**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2019/03/14/habitat-de-inovacao-conceitos-e-importancia-por-andreia-de-bem-machado-e-lauro-charlet-pereira/>. Acesso em: 29 set. 2020.

OCDE. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Paris: OCDE, 2005. (Tradução oficial realizada pela FINEP/Brasil).

PINTO, S. L.U.; TEIXEIRA, C.S. **O Fab Lab Como Habitat De Inovação**. Florianópolis: Via Estação do Conhecimento, 2018. 294 p. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 29 set. 2020.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ROCHA, A. **Incubadoras de Empresas - Do surgimento no cenário mundial à inserção no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://administradores.com.br/producao-academica/incubadoras-de-empresas-do-surgimento-no-cenario-mundial-a-insercao-no-brasil>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SMILOR, R. W.; GILL JUNIOR. M. D. **The new business incubator**. Estados Unidos: Lexington Brooks, 1986

TEIXEIRA, C.S.; TRZECIAK, D.S.; VARVAKIS, G. **Ecosistema de Inovação: Alinhamento Conceitual**. Florianópolis: Via Estação do Conhecimento, 2017. 24 p. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 29 set. 2020.

TEIXEIRA, C. S.; EHLERS, A.C.; CALEGARI, D.; HAMAD, A.; PINHEIRO, C.D.; LIMA, C.P.; SOUZA, R.K. Ecosistema de inovação na educação de Santa Catarina. In: TEIXEIRA, C. S.; EHLERS, A. C. S.; SOUZA, M. V. (Org.). **Educação fora da caixa: tendência para a educação no século XXI**. 1. ed. Florianópolis: Bookess, 2015, v. 1.

TEIXEIRA, M.C.; TEIXEIRA, C.S. **Parques e suas Tipologias: tecnológico, científico e tecnológico científico**. São Paulo: Via Estação do Conhecimento, 2018. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 03 out. 2020.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 282 p.

SEBRAE. **Como as incubadoras de empresas podem ajudar o seu negócio**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-incubadoras-de-empresas-podem-ajudar-no-seu-negocio,f240ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 04 out. 2020.

SEBRAE. **O que é uma startup?** 2014. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 08 set. 2021.

SEMAGRO. **O que é a Lei da Inovação?** Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/o-que-e-a-lei-da-inovacao/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SPINOSA, L. M.; SCHLEMM, M. M.; REIS, R. S. **Brazilian innovation ecosystems in perspective: Some challenges for stakeholders**. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/REBRAE/article/viewFile/14174/13607>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SCHUMPETER, J. **Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process**. A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process. Disponível em: https://discoversocialsciences.com/wp-content/uploads/2018/03/schumpeter_businesscycles_fels.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021

VAN DE VEN, A.H.; POLLEY, D.E.; GARUD, R.; VENKATARAMAN, S. **The innovation journey**. New York: Oxford University Press, 1999.

WESSNER, C. W. **Innovation policies for the 21st century: report of a symposium**. Washington: National Academies Press, 2007.